

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 28 de junho de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, sito à Rua
5 Boa Vista, 170 – Centro – São Paulo – SP.

6 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

7 **SEGMENTO ESTADO**

8	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
9	Carlos Eduardo Nascimento	Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE
10	Claudete Marta Hahn	Fundação Florestal
11	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
12	Hélio Rubens Figueiredo	SABESP
13	Laura Stela Naliato Perez	SMA
14	Leticia Roberta Trombeta	EMPLASA
15	Manuela Santos Nunes do Carmo	Secretaria de Planejamento e Gestão
16	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
17	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
18	Priscila Ikematsu	Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT
19	Ruy Waldemar Sellmer	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
20	Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
21	Sérgio Luiz Damiaty	Secretaria Estadual de Educação
22	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
23	Rubens José Mario Junior	Secretaria da Saúde - SS

24

25 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

26	Antonio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
27	Edson José de Barros	Guarulhos
28	Erika Martins	São Bernardo do Campo
29	Francisco Nascimento de Brito	Embu das Artes
30	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
31	Juliana N. Westerich	Ribeirão Pires
32	Leticia de Fátima Moraes	Suzano
33	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
34	Marco Antonio Palermo	São Paulo
35	Natacha Nakamura	Suzano
36	Osmar Silva Filho	São Caetano do Sul
37	Vanessa Apolinário	Santana de Parnaíba

38

39 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

40	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO – SP
41	Danilo Henrique Stavro Duarte	CIESP – São Bernardo do Campo
42	Edson Benotti	ACISE
43	Francisca Adalgisa da Silva	APU
44	Francisco de Assis R. Além	CIESP São Paulo

45	Francisco Silveira Mello Filho	SINDAREIA
46	Hideraldo Rodrigues Gomes	Assoc. Band. dos Eng. Arq. e Agr. de Sant. de Parnaíba
47	Juliana Geseira	Sindicato Rural de Mogi das Cruzes
48	Jumara Bocatto	Assoc. Band. dos Eng. Arq. e Agr. de Itap. da Serra
49	Olavo Alberto Prates Sachs	AE SABESP
50	Osni de Mello	Sind. Da Ind. de Mineração de Pedra .. - SINDIPEDRAS
51	Ricardo Ferraz	CIESP - Oeste
52	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
53	Sandro de Oliveira Chagas	CIESP - Guarulhos

54 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

55	Aloisio Barbosa Pinheiro	Suzano
56	Elias Zitune	SECOVI
57	Hillmann Carlos Henrique Albrecht	CIESP Cotia
58	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
59	Luis Felipe Tegon Cerqueira Leite	Ministério Público
60	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC

61 **1.Abertura:** O Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica Alto Tietê – CBH-AT, Francisco
62 Nascimento de Brito, abriu a reunião em segunda chamada após constatar a existência de
63 *quórum*, agradecendo à CDHU pela cessão do espaço. **2. Leitura, discussão e votação das**
64 **atas das 4ª e 5ª Reuniões Plenárias de 2016, realizadas em 20/05/2016 e 06/06/2016;** Amauri
65 Pollachi (Secretário do CBH-AT e representante da SSRH) solicitou dispensa da leitura das Atas
66 e questionou se havia alguma intervenção, e, com uma correção no endereço da 5ª reunião,
67 observada por Gilson Guimarães - CETESB, as atas foram aprovadas com duas abstenções,
68 cada uma. **3. Expediente, Comunicações e Ordem do Dia;** Amauri Pollachi informou os
69 expedientes de maior relevância entre a última reunião e a presente, destacando: (i): a carta do
70 Sr. Roberto Terassi – ACISE, entregue em última reunião Plenária do CBH-AT informando seu
71 afastamento; (ii): a resposta do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH relativo ao
72 projeto de Lei 192/2016, citando que houve audiência pública na Assembleia Legislativa; e (iii):
73 convite do ministério público que foi endereçado aos Comitês de Bacia Hidrográfica para
74 participação de reunião de discussão da exatidão dos níveis do reservatório do Sistema
75 Cantareira. Informou também que em 29 de junho será encaminhado convite a todas as câmaras
76 técnicas e grupos de trabalho do Comitê Alto Tietê para uma reunião que será realizada em 12
77 de julho no auditório da São Paulo Previdência - SPREV às 09h00 para discussão referente a
78 elaboração do Plano de Bacia. Comentou que o projeto de reestruturação do FEHIDRO está em
79 andamento com a Fundação Vanzolini (empresa contratada para esta elaboração) comentando
80 que esta já identificou diversos problemas no processo e oportunidades de melhoria, destacando
81 que na revisão do manual de operação conterà uma obrigação dos Comitês de Bacia
82 acompanharem os projetos por estes indicados. Francisco Além (Vice-presidente e
83 representante titular da CIESP – São Paulo no CBH-AT) informou que na semana anterior houve
84 reunião do segmento Sociedade Civil onde houveram algumas informações que serão discutidas
85 neste Plenário durante a reunião. Francisco de Toledo Piza (Diretor Presidente em exercício, da
86 Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – FABHAT) informou que a FABHAT já
87 iniciou alternativa para elaboração do Plano de Bacia e que está sendo utilizados todos os dados
88 já existentes dos Planos Municipais de Saneamento, Planos de Água e Esgoto da SABESP e
89 enfatizou que se está trabalhando para que se possa cumprir todas as datas evitando serem

90 prejudicados no futuro. Esclareceu que os dados que estão sendo utilizados são dados
91 secundários explicando que não há condições de se gerarem dados primários para elaboração
92 do Plano. Amauri informou o recebimento da carta do SAAE Guarulhos onde este município
93 defende a inclusão de condicionantes em relação a outorga do cantareira do Alto Tietê referente
94 a distribuição equitativa da água informando que o assunto será discutido em momento
95 apropriado no decorrer da reunião. Chico Brito informou que foi encaminhado a todos a previsão
96 das próximas reuniões plenárias, bem como seus conteúdos, até 16 de dezembro. Questionou a
97 todos, se os assuntos contemplam conforme sugestões. Érika Martins (São Bernardo do Campo)
98 sugeriu inserir na agenda, a discussão do projeto de Lei 192/2016. Jumara Bocatto (Associação
99 dos Engenheiros e Arquitetos de Itapeverica da Serra) solicitou que as próximas reuniões sejam
100 realizadas em locais com sinal de telefone celular. Sugeriu a não utilização de papéis,
101 exemplificando que verifica suas documentações em seu dispositivo eletrônico. Informou que
102 também, que em relação ao PL 192, após ter assistido à apresentação na assembleia, verificou
103 que o andamento apresenta caráter de urgência e falta apenas passar pela Comissão de Meio
104 Ambiente, não achando satisfatório discutir este assunto em plenário. Chico Brito esclareceu que
105 como o referido projeto de lei está adiantado na assembleia, sugeriu agendar uma reunião na
106 relatoria do projeto e solicitou aos membros, que tragam ao plenário, os questionamentos para
107 que estes possam ser esclarecidos nesta reunião. Feito isto, os resultados das discussões serão
108 apresentados em próxima reunião plenária. Informou também que em 21 de julho haverá um
109 evento onde será apresentando o programa: “Cultivando Água Boa” a ser realizado em conjunto
110 com o Instituto Ecoar em local a ser definido. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Deliberação CBH-**
111 **AT nº 25/2016: Aprova a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos**
112 **do FEHIDRO em 2016, e dá outras providências;** Josué Barranco (coordenador da câmara
113 técnica de gestão de investimentos - CTGI e representante do DAEE nesta Câmara) informou
114 que não ia se estender devido todos terem recebido o documento pertinente a este assunto. Leu
115 de forma breve a minuta desta deliberação destacando os pontos principais: (i) critérios; (ii) a
116 deliberação COFEHIDRO nº 163, de 29 de janeiro de 2016, que, dentre outras disposições, fixou
117 em R\$ 6.263.379,66 (seis milhões, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e nove
118 reais e sessenta e seis centavos) os recursos de investimentos, oriundos da compensação
119 financeira por aproveitamentos hidroenergéticos; (iii) valor da cobrança pela utilização dos
120 recursos hídricos arrecadados em R\$ 19.941.770,55 (dezenove milhões, novecentos e quarenta
121 e um mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), já deduzidos os custos
122 operacionais da cobrança e o repasse de 10% (dez por cento) do custeio e incluídos os
123 rendimentos de aplicação financeira; (iv) quadro informando resumo dos recursos da cobrança,
124 recursos para investimentos e total de investimentos; Informou que do total de projetos recebidos
125 houve 32% para demanda induzida, esclarecendo o não atendimento ao Artigo 3º da deliberação
126 CBH-AT nº 20/2016. Se for atendido da forma como está, 2 (dois) empreendimentos seriam
127 excluídos. Apresentou ao plenário uma alteração, após discutida na câmara técnica, de 50%
128 para 30% no que se refere a demanda induzida e de 50% para 70% no que se refere a demanda
129 espontânea. Amauri esclareceu que para o próximo ano, haverá uma obrigação, que estará no
130 manual de operações, onde os Tomadores deverão apresentar os produtos e resultados às
131 instâncias do Comitê. Aberto as discussões, Claudete Hahn (Fundação Florestal) questionou se
132 fosse aplicado o documento em versão original quais os empreendimentos que estariam
133 excluídos. Jumara Bocatto questionou se esta alteração seria válida para as deliberações
134 futuras. Amauri esclareceu que se trata de um caso excepcional e espera-se que para o próximo
135 ano o Comitê consiga indicar 70% dos recursos para demanda induzida. Em resposta a Claudete
136 informou que os projetos que seriam excluídos, ou seja, os que apresentaram menores
137 pontuações são: “Sistemas inovadores de drenagem urbana e manejo de águas, com

138 capacitação técnica e educação ambiental” cujo Tomador é a Media Lab São Paulo e “Sistema
 139 de Informação para regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do
 140 Município de São Bernardo do Campo” de São Bernardo do Campo. Chico Brito sugeriu enfatizar
 141 na referida deliberação essa excepcionalidade. **Colocado em votação, a deliberação foi**
 142 **aprovada com uma abstenção. 4.2.Deliberação CBH-AT nº 26/2016: Aprova manifestação**
 143 **sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira;** Amauri Pollachi agradeceu o trabalho
 144 realizado pelo Grupo de Trabalho Outorga do Cantareira e apresentou a deliberação informando
 145 que esta foi elaborada com base na deliberação anterior e complementada com atualizações.
 146 Aberto às considerações, Hélio Rubens (SABESP) ressaltou a importância do protagonismo do
 147 CBH-AT para que o mesmo possa intervir nas discussões. Erika Martins (São Bernardo do
 148 Campo) sugeriu não ser informado projetos de leis em “antecedentes” e sim, somente leis em
 149 vigência. Hiroaki Makibara (coordenador do GT-Outorga do Cantareira) mostrou-se contrário a
 150 esse posicionamento, pois neste item está sendo mostrada bibliografia consultada. Disse ainda
 151 que o projeto de lei mencionado está em outro item e contempla o teor do texto informado, ou
 152 seja, que é o Plano de Bacia quem deve se encarregar de definir prioridades do uso. Destacou
 153 ainda que essa deliberação passou pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Gilson
 154 Guimarães (CETESB) complementou o posicionamento do Hiroaki informando que embora seja
 155 projeto de lei, é uma postura de Estado deferido pelo Conselho Estadual. Edson Barros
 156 (Guarulhos) informou que não justifica o regime de. Hiroaki esclareceu que no documento do ano
 157 passado não foi abordado o tema das prioridades do uso da água e por sugestão da FIESP, o
 158 documento ora em apreciação faz abordagem deste assunto. Chico Brito colocou em votação a
 159 exclusão ou manutenção do item em discussão, conforme sugestão da Érika. Com 4 (quatro)
 160 votos favoráveis a exclusão, e os demais contrários, o documento manteve a redação original.
 161 Chico Brito prosseguiu com a condução dos questionamentos e Érika Martins comentou a
 162 sugestão de inserção de um texto proposto entre os itens 4.2.4 e 4.2.5 e que não foi incluído.
 163 Hiroaki esclareceu que a sugestão proposta foi debatida na reunião da Câmara Técnica de
 164 Planejamento e Articulação conjunta com GT Outorga e o documento foi finalizado. Amauri
 165 informou que o teor do texto inicialmente proposto foi contemplado no item 4.4.8. do documento.
 166 Marco Aurélio (SAAE Guarulhos), em relação ao item 4.4.8, sugeriu levar em consideração a
 167 Resolução da ANA 707/2004 para se ter uma equiparação na distribuição de água na região
 168 metropolitana. Hélio Rubens (SABESP) comentou que a sugestão do Sr. Marco Aurélio está
 169 contemplada em dois sub-itens do item 7 do documento. Informou a não existência da
 170 desigualdade na distribuição de água em Guarulhos, conforme mencionado. Com relação as
 171 outorgas, informou que há um posicionamento em relação ao documento de 2015, onde a ANA
 172 coloca claramente a inexistência amparo legal para que se coloque condicionantes dentro do
 173 processo de outorga. Comentou, em relação ao item 2.2, a necessidade de manter um prazo
 174 maior para a outorga, defendendo o posicionamento da SABESP, de 30 (trinta) anos. Érika
 175 Martins informou que esta decisão foi tomada na Câmara Técnica, principalmente devido a uma
 176 Resolução da ANA que estabelece as duas Bacias Hidrográficas como Bacias críticas,
 177 justificando o prazo máximo de outorga ser de 10 (dez) anos. Marco Palermo (São Paulo)
 178 sugeriu manifestação por parte do DAEE para esclarecer a dúvida levantada. Seica Ono (DAEE)
 179 informou que normalmente as outorgas para as concessionárias são concedidas por dez anos e
 180 ressaltou a importância da manifestação do CBH-AT para que a proposta final seja analisada
 181 entre o DAEE e a ANA. Chico Brito esclareceu que estender o prazo de renovação da outorga
 182 para 30 anos é inviável devido não haver garantia de uma avaliação de curto, médio e longo
 183 prazo das ações propostas. Colocou em votação o prazo da renovação da outorga ser de dez ou
 184 trinta anos. Com 18 (dezoito) votos favoráveis ao prazo de 10 anos e 5 (cinco) votos favoráveis
 185 ao prazo de 30 anos, manteve-se o prazo por 10 anos. Érika Martins sugeriu colocar em votação

186 a sua proposta de texto alegando que não está contemplado no documento. Chico Brito solicitou
187 que a Érika lesse o texto proposto para o plenário: “*No contexto da escassez hídrica, percebeu-*
188 *se que não há mecanismos para garantir o efetivo cumprimento do disposto no artigo 1º da*
189 *Lei 9.433/1997 quanto ao uso prioritário dos recursos hídricos para o consumo humano, pois a*
190 *apesar de efetivamente haver prioridade para os outorgados para produção de água para*
191 *abastecimento urbano em detrimento dos outorgados para usos industriais e para irrigação, não*
192 *há determinação de prioridades para a distribuição da água produzida. Ocorre que na Região*
193 *Metropolitana de São Paulo a Sabesp atua como produtora monopolística de água e tem*
194 *liberdade para definir critérios do seu interesse para decidir como irá distribuir a água. Dessa*
195 *forma, o rateio da água produzida durante o período de escassez não atendeu a princípios que*
196 *garantam a prioridade do consumo humano, haja vista que categorias de consumidores*
197 *industriais foram privilegiadas por meio da política tarifária que induz o consumo; regiões mais*
198 *nobres tiveram restabelecimento de água ao passo que outras mais periféricas e pobres ainda*
199 *sofrem com baixa pressurização do sistema. Houve, além disso, decisão unilateral da empresa,*
200 *que priorizou o abastecimento dos municípios onde opera o sistema de distribuição, mantendo a*
201 *restrição de vazão da água vendida por atacado aos municípios operados por outras empresas.*
202 *Essa situação fere o artigo 11 da Política Nacional, que estabelece que “o regime de outorga de*
203 *direitos de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e*
204 *qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”, o que implica*
205 *em necessidade de avanços no instrumento de outorga e do controle por parte dos órgãos do*
206 *sistema de recursos hídricos, de forma a que a Política Nacional seja cumprida”.* Após a leitura,
207 Amauri mostrou o texto inserido no documento, referindo-se ao item 4.4.8. Aberto aos
208 questionamentos, Ronaldo Vasques (FISEP) comentou que o texto proposto pela Érika e Sergio
209 Braga foi discutido e revisado na reunião da Câmara Técnica enfatizando que está devidamente
210 contemplado no documento. Nilzo Fumes (SABESP) e Marco Palermo (São Paulo) concordaram
211 com Ronaldo, sugerindo manter o texto que está no documento devido já ter sido
212 expressivamente debatida. Hélio Rubens (SABESP) esclareceu que os representantes de
213 Guarulhos estão usando um comparativo que, de acordo com o entendimento da SABESP, não
214 são comparáveis referindo-se à distribuição equivalente, exemplificando que 4 municípios não
215 são abastecidos por nenhum manancial. Esclareceu que os municípios que são abastecidos pela
216 Billings, Guarapiranga, por exemplo, não passaram pelo mesmo problema de escassez do
217 Cantareira e Alto Tietê, justificando que estes não poderiam ter o mesmo tipo de atendimento.
218 Esclareceu que tecnicamente não há possibilidade das interligações totais dos sistemas.
219 Comentou ainda que a distribuição hídrica para Guarulhos não é assunto pertinente ao
220 documento que está sendo apresentado, que é a renovação do sistema Cantareira. Edson
221 Barros (Guarulhos) informou que esta questão foi colocada em outra reunião e que não foi
222 devidamente esclarecida pela SABESP justificando trazer o assunto ao Plenário. Solicitou ainda
223 maior condução das Câmaras Técnicas em dar respostas aos municípios. Hélio Rubens, com
224 referência ao item 7.1.5, informou que a diretriz deve ser obedecida dentro da questão de
225 exigências ou não de outorgas, alegando que se continua defendendo a ideia de que vale o
226 relatório conjunto da ANA 213/2016, e este esclarece claramente que não é possível vincular
227 condicionantes à outorga. Esclarece que não cabe até porque o outro documento da ANA
228 mencionado, fala sobre estabelecer controles ou mecanismos de avaliação do da água da
229 outorga. Esclareceu que não cabe vincular isso a outorga, e sim ao Plano de Bacias, sugerindo a
230 retirada de parte deste item. Érika Martins (São Bernardo do Campo) esclareceu que este item
231 foi aceito pelo grupo como está. Francisco Piza (FABHAT) comentou que em 2004 quando
232 houve a renovação até 2014, que essa condicionante foi utilizada para os municípios, pois
233 afetava a qualidade da água que tinha captação para uso humano. Atualmente, todos os

234 municípios operados pela SABESP estão com tratamento feito à jusante do Sistema Cantareira
235 ou com obras em andamento, em relação a Bacia do PCJ, e ainda relacionado a esta Bacia,
236 caberia uma observação da melhoria da qualidade do tratamento de Mairiporã que afeta a
237 qualidade de água do Manancial e que dali para frente já faz parte do Plano de Bacia,
238 enfatizando a importância de ser discutido e priorizado. Chico Brito informou que há três
239 propostas: 1: manter o texto como está; 2: retirada do item a partir de “..condicionada a
240 melhorias...” e 3: retirada do termo “Bacia Juqueri” e deixar apenas Mairiporã. Com 14 (quatorze)
241 votos favoráveis a proposta 1, 5 votos favoráveis a proposta 2 e 2 votos favoráveis a proposta 3,
242 permanecendo, portanto, a manutenção da redação conforme proposta 1. Prosseguindo, Chico
243 Brito apresentou as propostas de texto do item 7.1. Amauri esclareceu que o trecho destacado
244 em amarelo, devido a Câmara Técnica e GT Outorga do Cantareira não terem obtido consenso,
245 foi decidido levar ao Plenário ambos os textos para decisão. Hélio Rubens disse que na redação
246 “1” há problemas técnicos e operacionais pois não há integração absoluta do sistema. Disse
247 também que em relação a proposta de redação “2” está mais próxima da realidade. Lembrou que
248 não há regiões idênticas em relação a infraestrutura disponível de topografia, necessidade de
249 bombeamento de água, armazenamento de água, etc. Embora a proposta “2” esteja mais
250 próxima da realidade, solicitou a retirada da palavra “isonômica” pois não é possível realizar a
251 distribuição de forma equivalente para realidades diferentes. Sugeriu substituir a palavra
252 isonômica por equânime. Cristiane Marins (SAAE Guarulhos) leu o seguinte trecho do
253 documento distribuído aos membros do Plenário: *“outro indício de que a SABESP busca a*
254 *distribuição equitativa de água nos municípios por ela operados é o que consta no documento*
255 *rodízio do sistema Cantareira em 2014 parte integrante do processo DAEE 51.411, provisória 7,*
256 *folha 73: Objetivo do rodízio: reduzir a produção do sistema Cantareira para evitar o colapso dos*
257 *seus mananciais e conseqüentemente do abastecimento da região metropolitana de São Paulo*
258 *garantindo o atendimento equitativo da população e condições adequadas de saúde pública”*.
259 Esclareceu que a SABESP defende a distribuição equitativa, conforme consta no processo.
260 Chico Brito leu a proposta 2: *“que a SABESP observe para que as águas captadas do Sistema*
261 *Cantareira sejam distribuídas a toda população abastecida por este sistema sem qualquer*
262 *distinção geográfica e de forma equitativa”, alegando que ser essa a melhor proposta, em*
263 *relação as outras duas*. Colocado em votação, obteve: 0 (zero) votos para a primeira proposta,
264 14 (quatorze) para a segunda proposta e 10 (dez) votos para a terceira proposta. Aprovado,
265 portanto, a proposta número 2.. Ronaldo Vasques (FIESP) solicitou posicionamento da Diretoria
266 do CBH-AT com relação as questões, que já foram discutidas em uma reunião do GT
267 Planejamento, sob a Coordenação do Sr. Hiroaki, entre a SABESP e o Município de Guarulhos
268 visando definir a continuidade ou não, da intermediação do CBH-AT nestas questões específicas
269 da distribuição de água em Guarulhos. Chico Brito colocou a Deliberação CBH-AT 26 de
270 28.06.2016 - Aprova manifestação sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira em
271 2016 em votação. **A mesma foi aprovada com três abstenções. 5. Outros Assuntos:** Não
272 houve outros assuntos. Esta ata constitui o resumo dos registros de filmagem da reunião e foi
273 elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.